

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E INFÂNCIA (NIPHEI)

Dr^a Sônia Camara

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Criado em 2007, o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI) tem por objetivo desenvolver estudos e pesquisas no campo da História da Educação e da Infância, como também propor realizar diálogos com outros campos de conhecimento, a exemplo da antropologia histórico-educacional brasileira. Organizado em quatro eixos articuladores: Núcleo de Pesquisa e Extensão; Núcleo de Multimídia; Núcleo de Intercâmbio e de Parcerias Institucionais e Núcleo de Operação Técnica, o NIPHEI constitui-se como espaço de estudos, pesquisas, produção de material multimídia, de recuperação e de preservação da memória e da história da educação e da Infância. Com esta configuração, o Núcleo reúne professores pesquisadores, alunos (as) de graduação e pós-graduação em educação e áreas afins promovendo intercâmbios interdisciplinar e interinstitucional que possibilitam a integração de pesquisadores e de suas pesquisas ao Núcleo. O NIPHEI tem realizado parcerias com instâncias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e outras instituições de pesquisa e ensino, a exemplo da Universidade da Força Aérea Brasileira, da Fundação Oswaldo Cruz, da UNIRIO, a Fundação Athaulpho de Paiva e a FAETEC, através de parceria com o Centro de Memória das Escolas Técnicas. No prelo encontra-se a produção de um livro intitulado “Pesquisa (s) em História da Educação e da Infância: conexões entre ciência e história” e de um vídeo documentário intitulado *Da Esperança Sutil à Realidade Forte: o Preventório Rainha Dona Amélia como espaço de educação e assistência à infância pobre*, fruto do edital APQ-3 da Faperj. A proposta de organização da Mesa no GRUPECI estrutura-se a partir da articulação das comunicações de Gisele Gonçalves Isaias Gomes, intitulada *Júlia Lopes de Almeida e a Literatura Como Instrução e Moralização para a Infância*; de Cintya Ribeiro Gama, intitulada *A Criação das Creches e Jardins de Infância: contribuição do discurso higienista proferido pelo médico Arthur Moncorco Filho* e de Jorge A. Rangel e Sônia Camara, intitulada *A Atuação do Juiz do Juiz José Candido de Mello Mattos e a Pedagogia Assistencial na Criação do Primeiro Juízo Privativo*

de Menores do Rio de Janeiro (1924-1934). Com efeito, a proposta desenvolvida por Gisele Gomes, foca sua análise no livro *Histórias de nossa Terra* de Julia Lopes de Almeida, publicado e editado pela Francisco Alves no ano de 1911, procurando entender as concepções que organizaram a compreensão de infância, de escola, de ensino, de família, de escola e de Estado. Cintya Gama direciona-se a refletir sobre a criação dos jardins de infância e das creches como partes constitutivas do projeto de higienização da infância elaborado pelo Instituto de Proteção e Assistência a Infância (IPAI), nos anos de 1908 e 1909. A proposta de Jorge A. Rangel e de Sônia Camara tenciona recuperar a atuação social do Juiz Mello Mattos na produção de discursos e de práticas pedagógicas direcionadas, por um lado, à elaboração e à aplicação de políticas de filantropia visando resguardar as infâncias empobrecidas da violência das ruas e da cidade e, por outro, ajudando a construir o campo jurídico brasileiro, do ponto de vista a arregimentação de decretos e leis a favor das infâncias e da memoridade jurídica no país.

Resumo 1

JÚLIA LOPES DE ALMEIDA E A LITERATURA COMO INSTRUÇÃO E MORALIZAÇÃO PARA A INFÂNCIA

Gisele Gonçalves Isaias Gomes

Palavras-chave: Infância; literatura; Júlia Lopes de Almeida

Este estudo tem por objetivo refletir sobre o debate em torno da educação da infância e sua relação com os livros de literatura que foram produzidos pela escritora Julia Lopes de Almeida da década de 1910 a 1920. Esse período se destaca por inúmeras e significativas mudanças políticas, culturais e sociais e por uma busca acelerada na modernidade ancorada na transformação da mentalidade e dos costumes da sociedade que influenciaram a escola e os instrumentos utilizados por ela (Nagle, 2001; Needell, 1993; Carvalho, 1990). A escritora Júlia Lopes de Almeida passou a dedicar-se a produção de livros destinados à infância. Ao todo foram produzidos quatro livros para a infância: *Contos Infantis*, que escreveu juntamente com sua irmã, Adelina Lopes Vieira; *História da nossa terra*; *Era uma vez...*, e *A árvore*, que nos revelam, em síntese a preocupação de

se formar um outro cidadão, por meio da educação circunscrita no projeto de transformar o Brasil em um país civilizado, através da ordem, do progresso e da moral. Para tanto, os livros para a infância, nos fornecem elementos que falam ao imaginário infantil, mas também que respondem de modo satisfatório ao sistema de transmissão de valores, tanto aqueles de origem familiar quanto os produzidos no sistema escolar. Nessa direção, os livros foram importantes instrumentos utilizados para a difusão do pensamento republicano que via nas crianças o futuro da nação. Para Klinke, o meio apontado como decisivo para se alcançar o progresso da nação foi a educação da infância, "vista pela nova psicologia como uma fase da vida humana com grande potencial para a inculcação de valores e saberes" (2003, p. 23). A educação das crianças foi compreendida como elemento essencial para formação da identidade nacional assentada em uma educação uniforme e homogênea. O foco desse trabalho centra-se na análise do livro *Histórias de nossa Terra* de Julia Lopes de Almeida, publicado e editado pela Francisco Alves Editora do ano de 1911, 6ª edição (revista e aumentada), buscando entender quais as concepções de infância e as matrizes que se apresentaram por trás dessas histórias, ou seja, entender as concepções que organizaram a compreensão de infância, de escola, de ensino, do papel da família, da escola e do Estado que apareceram nas linhas e entre linhas de seus livros para a infância. Para Vidal, Julia Lopes de Almeida é considerada "uma intrusa" na área da educação, pois nunca exerceu o magistério, porém, ela pertencia ao grupo de intelectuais paulistas e defendia valores iluministas "alicerçados em uma crença absoluta no poder das ideias, e com a mudança da realidade brasileira, pela ação educativa da lei, da escola, da imprensa e do livro", buscando formar uma "ilustração brasileira" (2004, p. 32). Dessa forma, o livro foi entendido como um dos instrumentos capaz de contribuir para viabilização desse projeto, pois seria um objeto que poderia estar presente no cotidiano das escolas, seja com os alunos, seja com os professores, mas também com as famílias funcionando como uma espécie de veículo de circulação e inculcação de saberes determinados, que estavam voltados para a conformação de hábitos, de valores e de comportamentos. Desta forma, entendemos a existência de diferentes ações educativas veiculadas por diversos agentes sociais, dentre elas a literatura.

Resumo 2

A CRIAÇÃO DAS CRECHES E JARDINS DE INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÃO DO DISCURSO HIGIENISTA PROFERIDO PELO MÉDICO ARTHUR MONCORVO FILHO

Cintya Ribeiro Gama

Palavras-chave: infância, assistência, proteção.

Esta comunicação tem por objetivo refletir acerca das propostas de intervenção filantrópica assistencial de caráter educativa promovidas pelo médico Arthur Moncorvo Filho. Nessa direção, destaque será direcionado as proposições relacionadas a criação dos jardins de infância e das creches como partes constitutivas do projeto de higienização da infância elaborado pelo Instituto de Proteção e Assistência a Infância (IPAI), nos anos de 1908 e 1909 com a criação da creche Sra. Alfredo Pinto e, posteriormente, do jardim de infância Campos Sales. Criados por iniciativa ou por influência do IPAI constituíram-se como instituições importantes no atendimento à infância. Para a realização dessa interpretação focarei a análise no livro *Histórico da Proteção à Infância no Brasil (1500-1922)*, escrito por Moncorvo Filho e no periódico *Archivo de Assistencia à Infância (1908-1913)*. O periódico começou a circular em novembro de 1902, sendo o órgão oficial de divulgação dos trabalhos do IPAI. A revista era composta por artigos, noticiário, conferência de higiene infantil, parte Literária, fotos e anúncios. Por meio do periódico circulava-se e divulgavam-se as práticas científicas, as ideias que norteavam os estudos produzidos pela Sociedade Científica e os tratamentos dos casos de doentes atendidos no Dispensário. Constituindo-se como um importante instrumento de aconselhamento às mães, através da publicação das campanhas educativas, das palestras e dos estudos com a finalidade de instituir na sociedade os parâmetros da educação higiênica. Criado em 1889, por Moncorvo Filho, o IPAI destinava-se a amparar a infância por meio de medidas higiênicas e eugênicas. Neste sentido, o IPAI assumiu várias frentes promovendo a assistência à infância. O discurso do Moncorvo Filho enfatizava a necessidade de se promoverem estudos a respeito dos problemas que acometiam à infância doente, maltratada e abandonada do país definindo medidas de orientação e de cuidado. Seus discursos eram importantes veículos de intervenção médico-higienista. Preocupado com

as condições de insalubridade, de mortalidade infantil, de abandono das crianças em asilos, entre outros, Moncorvo Filho dedicou-se a pensar a cidade do Rio de Janeiro e as modificações que vivenciava nos finais do século XIX e início do século XX. Segundo Camara (2010, p. 117), para esses intelectuais “edificar o Brasil moderno e civilizado passava por um empenho concentrado em estabelecer-se a sintonia do país aos pressupostos científicos e racionais (...)”. Percebia assim o seu papel como vocação, como missão na transformação da sociedade. "Esta missão é grandiosa, belíssima, porém muito delicada. Pessoas collocadas em condições especiaes, como por exemplo, os medicos e em particular os medicos de estabelecimentos philanthropicos dispõem de recursos para concôrrer á grande Obra do melhoramento da classe indigente." (Moncorvo Filho, 1927, p. 146). Nesse sentido, educar a população era vista como caminho para a ordem, o progresso e a civilização. Entendiam então que através da educação teria de se promover a saúde, sendo assim, estratégias deveriam ser utilizadas pelos médicos para divulgar e propagar os seus projetos higienistas civilizatórios. A par desse movimento, o Estado foi convocado como instância “responsável” por gerir, governar e prever a vida dos indivíduos, promovendo ações direcionadas a organizar a sociedade por meio de uma atuação esclarecida e racional advinda com a ciência (Moncorvo Filho, 1916, p.7). A higiene e as normas de moralização dos costumes associaram-se na prescrição de modelos de condutas a serem seguidos pelo conjunto da sociedade por meio de uma ação combinada entre higiene e eugenia na regulamentação da vida social das populações urbanas, processando, gradualmente, a ordenação do meio ambiente, das habitações, das populações, das cidades e das escolas como esferas de saber médico.

Resumo 3

A ATUAÇÃO DO JUIZ JOSÉ CANDIDO DE MELLO MATTOS E A PEDAGOGIA ASSISTENCIAL NA CRIAÇÃO DO PRIMEIRO JUÍZO PRIVATIVO DE MENORES DO RIO DE JANEIRO (1924-1934).

**Drº Jorge Antonio Rangel (Fidel)
Drª Sônia Camara**

Palavras-Chave: infância minorizada, assistencialismo e intelectual .

Esta comunicação tem como interesse de pesquisa historicizar as relações entre assistencialismo, poder judiciário e pedagogia na organização do Primeiro Juízo Privativo de Menores do Rio de Janeiro através da trajetória intelectual e da atuação

social do Juiz José Candido de Albuquerque Mello Mattos, tendo por periodização os anos de 1924 a 1934. Esta periodização procura abranger a presença do Juiz na formulação de um projeto nacional de intervenção jurídica sobre a “infância menorizada” (Camara, 2010) no Distrito Federal, como também ampliar o foco de análise histórica sobre o desfecho das políticas públicas de Estado encetadas pelo liberalismo instituído com a recém República autoritária. Como emblema da gestão Mello Mattos no Juizado, a implementação do Código de Menores de 1927 materializa a intenção de se normatizar as intervenções do Poder Judiciário no que diz respeito aos “espaços praticados” (Certeau, 2011, p. 184) da infância concebida como “delinquente”, “abandonada” e “perigosa”. A intervenção do Juizado faz-se não somente criando mecanismos e dispositivos de proteção social da e para infância pobre, como também reconfigurando seus espaços de manobra política e social do ponto de vista da criação da instituição jurídica direcionada à proteção do menor. Nesta perspectiva, asilos, casas de correção e internatos foram (re) planejados dentro de uma lógica que buscou “livrar” a sociedade da época do potencial explosivo da insurreição dos “deserdados da sorte”. *Avant la lettre*, Mello Mattos constituiu o Juizado Privativo de Menores do Distrito Federal em um instrumento promotor de reformas sociais, buscando, de um lado, retirar a infância pobre dos limites da desordem e, por outro, redimensioná-la para o centro da ordem instituída e instituinte da *ville*. Esta pedagogia jurídica conformar-se-á com a constituição do campo científico jurídico (Bourdieu, 1983) que reordena, controla e dociliza corpos (Foucault, 2002, p.199) no ajuste de interesses da modernização conservadora (Vianna, 2004). Modernização esta, é bom que se diga, reafirmada a partir de uma conciliação político-institucional tecida “por cima”, pelas elites econômicas herdeiras da tradição escravocrata brasileira e das elites intelectuais filiadas aos princípios do liberalismo etnocêntrico. A abordagem biográfica intelectual do Juiz Mello Mattos e de seu trajeto pelo corpo jurídico brasileiro incidiu tanto na perspectiva de instituir um modelo republicano de salvaguardar os interesses da criança frente à sociedade considerada adulta quanto na tessitura e na urdidura dos aparatos institucionais de intervenção social nos fazeres cotidianos, normatizando os limites de ação do Estado em relação à sociedade, instituindo novas dinâmicas de apropriações, de imposições discursivas, de manobras e de circulações que sinalizaram para a produção de uma memória discursiva que se fundou sob o emblema de uma narrativa histórica das infâncias no país. Esta “memória discursiva” tem a ver com uma tomada de posição

pelo poder jurídico que intervém na constituição das representações sociais e na evocação formal do Estado de Direito Democrático como garantia para a institucionalização do sistema político liberal capaz de livrar a criança da barbárie e da degradação étnico-moral, a que estava submetida em sua forma rústica. Por esse aspecto, é importante que se diga que a presente discussão vem compor o mapeamento de uma “cartografia” acerca do pensamento social brasileiro.